

# CENTRO UNIVERSITÁRIO DAS FACULDADES ASSOCIADAS DE ENSINO-FAE

## CONTROLADOR INTERNO

CONCURSO PÚBLICO  
01/2026

**NÃO ABRA ESTE CADERNO DE QUESTÕES ANTES QUE LHE PEÇAM.  
AGUARDE AUTORIZAÇÃO PARA INICIAR A PROVA.**

- φ Deixe sobre a carteira **apenas** RG e Caneta.
- φ É vedado qualquer tipo de consulta e/ou comunicação durante a Prova. Desligue o celular e outros aparelhos e acondicione no envelope plástico de segurança.
- φ Verifique se este caderno de questões corresponde com sua opção de inscrição, que contém **30 (trinta) questões e 01 (uma) Proposta Dissertativa-Estudo de Caso**.
- φ A prova terá duração de **4h00 (quatro horas)** e o tempo mínimo de permanência na sala é de **1h30 (uma hora e trinta minutos)**.
- φ Os candidatos poderão levar consigo o caderno de questões após o tempo mínimo de permanência na sala.
- φ Ao término da prova, entregue ao Fiscal as Folhas de Respostas da Prova Objetiva e Dissertativa assinadas.
- φ Os dois últimos candidatos sairão simultaneamente da sala. Havendo insistência por parte do candidato em sair da sala, este será considerado desistente do Concurso Público.
- φ O candidato não poderá utilizar o banheiro do local de aplicação após o término de sua prova e a saída definitiva da sala de provas.
- φ Em hipótese alguma haverá substituição das Folhas de Respostas Oficiais. Não rasure, amasse ou dobre estes documentos.  
Os campos reservados para rascunho são de preenchimento facultativo e não serão considerados para avaliação
- φ Qualquer dúvida, fale exclusivamente com o fiscal de sala.

### FOLHA DE RESPOSTAS (PROVA OBJETIVA)

- φ Você deve assinar a Folha de Respostas da Prova Objetiva. Confira todos os seus dados (Nome, RG, Data de Nascimento) e assine no campo indicado para assinatura.  
A não assinatura por parte do candidato na Folha de Respostas resultará na eliminação automática do mesmo.
- φ Para preenchimento da Folha de Respostas da Prova Objetiva, utilize caneta esferográfica azul ou preta.
- φ Você deve assinalar na Folha de Respostas da Prova Objetiva somente uma letra (alternativa) para cada questão. Mais de uma marcação anulará a resposta. Preencha na Folha de Respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra escolhida conforme o exemplo:

CORRETO



ERRADO



### FOLHA DISSERTATIVA

- φ Você deve assinar a tira destacável. Confira os seus dados (Nome e Identidade) e assine no campo indicado para assinatura.  
Apenas ao término da prova o Fiscal destacará a tira destacável.
- φ É vedado o uso de corretor de texto, de caneta marca-texto ou de qualquer outro material que possa identificar sua redação.
- φ Caso o candidato erre algum trecho na transcrição do texto, deverá fazer apenas um risco (traço) sobre a(s) palavra(s) errada(s) e prosseguir com o texto.
- φ A prova dissertativa deverá ser manuscrita, em LETRA LEGÍVEL, com caneta esferográfica azul ou preta.
- φ Os campos reservados para a Dissertativa serão os únicos válidos para a avaliação, tendo a extensão máxima de 30 linhas.

**BOA PROVA !**

# UNIFAE

# IPEFAE

# LÍNGUA PORTUGUESA



Texto para as questões de 01 a 07



## FOGO E MAR

Era uma vez uma chama muito ardente, que veio voando e voando até beijar o mar. Antes levemente cáldido, o mar esquentou. Não a ponto de ferver, mas a nova temperatura fez surgir uma forma de vida que ninguém jamais conheceu. Ela nasceu tímida, depois revelou aos poucos suas habilidades e voou ao infinito. O mar ficou mais quente. A chama continuou acesa. E um trouxe à tona a face desconhecida do outro (a chama, mais fria; o mar, mais quente), até se encontrarem no céu.

*Disponível em  
<<https://folhadabaixada.com.br/literatura/micronarrativas/fogo-e-mar/>>.  
Com adaptações.*

### Q. 01

A leitura do texto permite concluir que:

- (A) Fogo e mar são mutuamente excludentes na história, como na realidade ocorreria se uma chama esquentasse a água até evaporar ou se a água apagasse o fogo.
- (B) A forma de vida de que o texto trata é, na verdade, o mar, com outra roupagem, o que fica claro no trecho “até se encontrarem no céu”.
- (C) A forma de vida de que o texto trata é, na verdade, o fogo, com outra roupagem, o que fica claro no trecho “que veio voando até beijar o mar”.
- (D) Fogo e mar são de certo modo complementares no texto, uma vez que, em lugar de se extinguirem mutuamente, revelam um no outro algo inédito até o momento em que se beijaram.

### Q. 02

Marque a opção que apresenta uma sequência de eventos que vai ao encontro do que o texto diz:

- (A) 1. Uma chama beijou o mar; 2. O mar esquentou e surgiu uma nova forma de vida, que voou ao infinito, e a chama ficou mais fria; 3. Eles se encontraram no céu.
- (B) 1. O mar beijou uma chama; 2. O mar esfriou e surgiu uma nova forma de vida, que voou ao infinito, e a chama ficou mais fria; 3. Eles se encontraram no céu.
- (C) 1. O mar beijou uma chama; 2. Surgiu uma nova forma de vida, que voou ao infinito, o mar esfriou e a chama ficou mais quente; 3. Eles se encontraram no céu.
- (D) 1. Uma chama beijou o mar; 2. O mar esquentou e voou ao infinito, fazendo surgir uma nova forma de vida, e a chama ficou mais fria; 3. Eles se encontraram no céu.

### Q. 03

Julgue os itens a seguir, quanto à sintaxe do texto:

- I. O verbo ficar em “o mar ficou mais quente” é intransitivo.
- II. Em “Ela nasceu tímida”, temos um predicado verbo-nominal.
- III. A oração “que veio voando e voando até beijar o mar” tem valor sintático de adjunto adnominal.
- IV. Em “voou ao infinito”, temos um objeto indireto e não um adjunto adverbial de lugar/destino.
- V. Na oração “que ninguém jamais conheceu”, o sujeito é um pronome relativo.

A opção que melhor julga/interpreta os itens é:

- (A) Apenas um item está correto.
- (B) Apenas dois itens estão corretos.
- (C) Apenas três itens estão corretos.
- (D) Apenas quatro itens estão corretos.

### Q. 04

No trecho “Ela nasceu tímida, depois revelou aos poucos suas habilidades e voou ao infinito”, a palavra destacada possui valor semântico diferente do carregado pelo seguinte termo:

- (A) “Antes levemente cáldido, o mar esquentou”.
- (B) “Era uma vez uma chama muito ardente”.
- (C) “(...) fez surgir uma forma de vida que ninguém jamais conheceu”.
- (D) “(...) até se encontrarem no céu”.

### Q. 05

Os termos destacados em “E um trouxe à tona a face desconhecida do outro” funcionam sintática e respectivamente como:

- (A) núcleo do adjunto adverbial e complemento nominal.
- (B) núcleo do adjunto adnominal e adjunto adnominal.
- (C) núcleo do objeto indireto e adjunto adnominal.
- (D) núcleo do objeto indireto e adjunto adverbial.

### Q. 06

A respeito da vírgula em “Não a ponto de ferver, mas a nova temperatura fez surgir uma forma de vida que ninguém jamais conheceu”, é correto afirmar que:

- (A) foi incorretamente empregada.
- (B) é facultativa no caso em tela.
- (C) é obrigatória com o conectivo “mas”, não com “porém”.
- (D) poderia ser substituída por ponto-e-vírgula.



**Q. 07**

O único verbo encontrado no texto cuja regência é diferente da dos demais é:

- (A) Antes levemente cálido, o mar esquentou.
- (B) (...) uma forma de vida que ninguém jamais conheceu.
- (C) (...) até se encontrarem no céu.
- (D) Ela nasceu tímida, depois revelou aos poucos suas habilidades e voou ao infinito.

**MATEMÁTICA****Q. 08**

Nos sistemas computacionais e na modelagem de processos, é comum utilizar raciocínio lógico para representar condições de funcionamento e analisar situações simultâneas. A compreensão das leis de equivalência é essencial para simplificar diagnósticos e garantir decisões consistentes em ambientes informatizados.

Considere as proposições:

- P: "O servidor está ativo"
- Q: "O sistema está disponível"

Qual alternativa representa corretamente a negação da afirmação composta "O servidor está ativo e o sistema está disponível"?

- (A) O servidor não está ativo ou o sistema não está disponível
- (B) O servidor não está ativo e o sistema não está disponível
- (C) O servidor está ativo ou o sistema está disponível
- (D) O servidor não está ativo ou o sistema não está disponível, mas nunca ambos ao mesmo tempo

**Q. 09**

Em editais de fomento à pesquisa, é comum que sejam estabelecidos critérios condicionais rigorosos para a avaliação de projetos, relacionando requisitos de mérito a desdobramentos administrativos. A interpretação correta dessas condições, sob a ótica da lógica formal, assegura previsibilidade e transparência nas decisões institucionais.

Um edital estabelece a premissa: "Se o projeto possui impacto social comprovado, então ele é aprovado na primeira fase de avaliação". Considerando que essa condicional é verdadeira, assinale a alternativa que apresenta uma equivalente à proposição dada.

- (A) Se um projeto foi aprovado na primeira fase, então ele obrigatoriamente possui impacto social comprovado.
- (B) Se um projeto não possui impacto social comprovado, então ele certamente não será aprovado na primeira fase.
- (C) Se um projeto não foi aprovado na primeira fase, então é correto afirmar que ele não possui impacto social comprovado.
- (D) A aprovação na primeira fase é a única condição suficiente para garantir que o projeto possua impacto social.



**Q. 10**

A gestão financeira em instituições públicas requer planejamento estratégico e distribuição proporcional de recursos entre diferentes áreas acadêmicas, como bolsas de iniciação científica, infraestrutura laboratorial e eventos de disseminação de conhecimento. Essa divisão é frequentemente expressa em percentuais, exigindo do gestor a capacidade de converter dados relativos em valores absolutos para garantir a execução adequada do orçamento.

O orçamento anual de um departamento acadêmico foi distribuído da seguinte forma: 40% destinados às bolsas de iniciação científica, 35% reservados à aquisição de equipamentos de laboratório e o restante, equivalente a R\$ 45.000,00, destinado à organização de eventos acadêmicos. Com base nessa estrutura, o valor total destinado especificamente à aquisição de equipamentos de laboratório foi de

- (A) R\$ 54.000,00
- (B) R\$ 63.000,00
- (C) R\$ 72.000,00
- (D) R\$ 81.000,00

**Q. 11**

Nos sistemas de controle administrativo, fluxogramas e cadeias de condições lógicas são utilizados para determinar a tramitação de processos internos. A análise rigorosa dessas relações permite inferir conclusões válidas a partir da negação de consequências, utilizando o raciocínio dedutivo como ferramenta essencial para auditoria e tomada de decisão organizacional.

Considere as seguintes premissas:

- Se um processo é urgente, então ele é prioritário.
- Se um processo é prioritário, então ele é analisado no mesmo dia.

Constatou-se que um determinado processo não foi analisado no mesmo dia. A partir dessas informações, qual conclusão é logicamente obrigatória?

- (A) O processo é urgente.
- (B) O processo é prioritário.
- (C) O processo não é prioritário.
- (D) O processo é urgente e prioritário.



## NOÇÕES DE INFORMÁTICA

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### Q. 12

No ambiente do Sistema Windows e Microsoft Office o usuário pode se valer dos atalhos em sua rotina de trabalho. Alguns conhecem mais umas, outros já conhecem menos ou nenhuma tecla de atalho. Afirma-se corretamente que os atalhos de teclado:

- (A) são combinações de teclas pouco utilizadas que, combinadas ao uso do mouse, agilizam as tarefas realizadas.
- (B) são teclas ou combinações de teclas que fornecem uma maneira alternativa de fazer algo que o usuário normalmente faria com um mouse.
- (C) são teclas exclusivas do teclado usadas para abrir os programas e aplicativos mais importantes do Windows e Microsoft Office.
- (D) são os caminhos mais fáceis para que as atividades sejam realizadas no Windows e Microsoft Office.

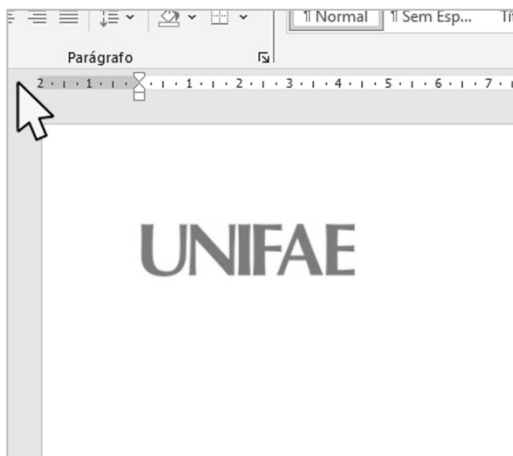
### Q. 13

Ao utilizar o atalho (botão) de AutoSoma no Excel, tendo sido selecionadas as linhas de 3 a 7 da coluna B de uma planilha, o descritivo correto da fórmula ficaria:

- (A) =AUTOSOMA(B3:B7)
- (B) =AUTOSOMA(B3;B7)
- (C) =SOMA(B3:B7)
- (D) =SOMA(B3+B4+B5+B6+B7)

### Q. 14

Na figura abaixo, no Word, com um duplo clique com o botão principal do mouse no local que está posicionado o cursor (ponteiro), é possível acessar rapidamente:



- (A) Parágrafo
- (B) Bordas de Página
- (C) Cabeçalho e Rodapé
- (D) Configurar Página

### Q. 15

À luz da vigente normatização sobre o tema, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) sobre o que se afirma a respeito do sistema orçamentário brasileiro.

- ( ) Em âmbito federal, a lei orçamentária anual compreenderá os orçamentos fiscal, da seguridade social e o orçamento monetário do Banco Central do Brasil.
- ( ) Dentre outras atribuições, a Lei de Diretrizes Orçamentárias orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- ( ) É vedada a realização de operações de créditos que excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autorizadas mediante crédito extraordinário, aprovado por maioria simples do Poder Legislativo.

Assinale a alternativa que contempla a sequência, de cima para baixo, correta:

- (A) F – F – V.
- (B) V – V – F.
- (C) F – V – F.
- (D) F – V – V.

### Q. 16

O projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) do Município de Cachoeira do Sul, encaminhado à Câmara Municipal, trouxe, além das tradicionais previsões de receitas e autorizações de despesas, um artigo que cria um novo imposto municipal sobre a transmissão de veículos automotores usados entre particulares. O artigo dispõe que o tributo será cobrado a partir do exercício seguinte e que os recursos arrecadados serão vinculados ao Fundo Municipal de Mobilidade Urbana. Considerando o princípio orçamentário da exclusividade, previsto na Constituição Federal, é correto afirmar que:

- (A) A inclusão do artigo que cria o novo imposto é compatível com o princípio da exclusividade, pois matérias tributárias são consideradas inerentes ao conteúdo da LOA, uma vez que a estimativa da receita é elemento essencial do orçamento.
- (B) A criação do novo imposto na LOA é vedada pelo princípio da exclusividade, que limita o conteúdo da lei orçamentária à previsão da receita e à fixação da despesa, admitindo como exceções a autorização para abertura de créditos suplementares e para contratação de operações de crédito.
- (C) O princípio da exclusividade admite, como únicas exceções, a autorização para abertura de créditos suplementares e especiais, não alcançando a



previsão de tributos futuros, razão pela qual a criação de imposto não pode constar da LOA.

- (D) A criação do novo imposto na LOA é admitida pelo princípio da exclusividade, desde que sua arrecadação seja estimada no anexo de receitas e sua cobrança seja iniciada no mesmo exercício da aprovação orçamentária.

### Q. 17

**O Plano Plurianual (PPA) é o instrumento de planejamento primário previsto em nosso ordenamento, servido de base para a elaboração e execução das demais peças orçamentárias. Acerca do PPA, assinale a alternativa CORRETA.**

- (A) O projeto de PPA deve ser enviado pelo Chefe do Poder Executivo ao Poder Legislativo imediatamente após a publicação dos resultados do pleito eleitoral, e sua vigência coincidirá perfeitamente com o mandato do Prefeito.
- (B) O projeto de PPA é de iniciativa do Poder Legislativo, que o elabora e o envia ao Executivo para sanção, vigorando por todo o período da legislatura.
- (C) O PPA tem vigência de cinco anos, iniciando-se no primeiro ano do mandato do Chefe do Executivo e estendendo-se por todo o mandato seguinte, devendo ser encaminhado ao Legislativo até o dia 31 de dezembro do primeiro ano do mandato.
- (D) O PPA tem vigência até o final do primeiro exercício financeiro do mandato subsequente, sendo elaborado no primeiro ano de mandato do Chefe do Executivo, a quem compete a iniciativa privativa do projeto de lei.

### Q. 18

**Dentre outras medidas de austeridade previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), o Anexo de Metas Fiscais é um instrumento que deve acompanhar a Lei de Diretrizes Orçamentárias, e nele serão estabelecidas:**

- (A) metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os três seguintes.
- (B) metas bimestrais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os três seguintes.
- (C) metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.
- (D) metas semestrais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida

pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.

### Q. 19

**A execução da despesa orçamentária no Brasil segue os estágios previstos na Lei nº 4.320/1964. Acerca deste assunto, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) para o que se afirma a seguir.**

- ( ) Consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro distinguindo-se as processadas das não processadas.
- ( ) O empenho de despesa é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição, não podendo, em qualquer hipótese, exceder o limite dos créditos concedidos. Além disso, é vedada a realização de despesa sem prévio empenho.
- ( ) Em hipóteses excepcionais, reguladas através de ato próprio de cada Poder, o pagamento da despesa poderá ocorrer antes de sua regular liquidação, desde que haja empenho emitido na dotação respectiva.

**Assinale a alternativa que contempla a sequência, de cima para baixo, correta:**

- (A) V – V – F.
- (B) V – V – V.
- (C) F – V – F.
- (D) V – F – F.

### Q. 20

**A classificação orçamentária que tem por finalidade evidenciar a estrutura administrativa responsável pela execução da despesa, desdobrando-se em órgão orçamentário e unidade orçamentária, conforme art. 14 da Lei nº 4.320/1964, permitindo identificar “quem” gasta, é denominada classificação:**

- (A) funcional-programática.
- (B) por categoria econômica da despesa.
- (C) institucional.
- (D) por responsabilidade.

### Q. 21

**A Lei nº 4.320/1964 e a Constituição Federal de 1988 disciplinam a abertura e a utilização dos créditos adicionais como instrumentos de ajuste do orçamento público durante sua execução. Com base nessas normas, analise as afirmativas a seguir.**

- I. Os créditos suplementares destinam-se ao reforço de dotação orçamentária já existente na Lei Orçamentária Anual (LOA) e dependem de autorização legislativa para sua abertura, sendo



admitidas como fontes de recursos, entre outras, o excesso de arrecadação e a anulação parcial ou total de dotações orçamentárias.

- II. Os créditos especiais e extraordinários possuem vigência restrita ao exercício financeiro em que forem autorizados, não sendo admitida sua reabertura no exercício seguinte, em nenhum caso, em respeito ao princípio da Anualidade.
- III. Os créditos extraordinários, por se destinarem a despesas urgentes e imprevistas em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública, são abertos por decreto do Poder Executivo, independentemente de autorização legislativa prévia, devendo o ato ser submetido ao Poder Legislativo para conhecimento imediato.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.  
(B) I e II, apenas.  
(C) I, II e III.  
(D) I e III, apenas.

### Q. 22

A Lei nº 4.320/1964 classifica os ingressos e os dispêndios públicos em duas grandes categorias: orçamentários (aqueles que integram o planejamento anual) e extraorçamentários (que não dependem de autorização legislativa prévia, por representarem meras entradas e saídas compensatórias). Com base nessa sistemática, analise as afirmativas a seguir.

- I. A devolução de caução ou fiança recebida em garantia contratual constitui despesa extraorçamentária, pois o valor já havia ingressado como receita extraorçamentária e sua restituição não depende de autorização orçamentária.
- II. A inscrição de restos a pagar processados e não processados no balanço financeiro é registrada contabilmente como receita extraorçamentária, com o objetivo de compensar a despesa orçamentária já empenhada e garantir o equilíbrio do balanço financeiro.
- III. Os serviços da dívida a pagar (juros e amortizações da dívida pública já empenhados e não quitados até 31 de dezembro) integram a dívida flutuante e são classificados como despesa extraorçamentária quando do seu efetivo pagamento no exercício seguinte.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, apenas.  
(B) I e II, apenas.  
(C) II e III, apenas.  
(D) I, II e III.

### Q. 23

Carlos é servidor na Secretaria de Saúde de determinado Município brasileiro, responsável por efetuar compras de materiais de consumo para atendimento de situações emergenciais. Ocorre que Carlos recebeu um adiantamento (suprimento de fundos) em janeiro/2025, e, tendo passado o prazo regulamentar, não prestou contas da utilização dos recursos. Porém, em abril/2025 surgiu a necessidade de aquisição de alguns materiais de construção para pequenos reparos em uma ala do Hospital Municipal. Considerando as disposições sobre o assunto é correto afirmar que:

- (A) Tecnicamente, Carlos está em alcance, e, nesta condição, não pode receber novo adiantamento.
- (B) Carlos pode receber um novo adiantamento, pois a Lei nº 4.320/1964 permite que sejam concedidos até dois adiantamentos por responsável.
- (C) A legislação autoriza expressamente a concessão de novo adiantamento ao servidor em alcance, desde que a necessidade decorra de situação de calamidade pública reconhecida por decreto municipal.
- (D) A condição de "alcance" só se configura quando o servidor deixa de prestar contas e já tenha recebido três adiantamentos consecutivos no mesmo exercício financeiro, sendo permitido novo adiantamento enquanto não ultrapassado esse limite.

### Q. 24

João é servidor público lotado no setor de licitações de uma autarquia federal. Ao analisar as propostas de uma concorrência para contratação de serviço de vigilância patrimonial, verificou que sua ex-cunhada, com quem mantém relação pessoal conflituosa, era proprietária de uma das empresas participantes. Embora a proposta da empresa estivesse dentro dos requisitos técnicos e legais e apresentasse o menor preço, João decidiu desclassificá-la sem fundamentação técnica, favorecendo a empresa concorrente, cujo proprietário é seu amigo pessoal. Considerando os princípios constitucionais da Administração Pública expressos no art. 37 da Constituição Federal, a conduta de João violou, especificamente, o princípio da:

- (A) legalidade.  
(B) impessoalidade.  
(C) moralidade.  
(D) eficiência.



**Q. 25**

A Administração Pública dispõe de determinados poderes para o exercício de suas funções, cada qual com características e finalidades específicas. Um desses poderes autoriza o Estado a limitar o exercício de direitos individuais em benefício do interesse público, mediante atos de fiscalização, regulamentação e sanção, como a interdição de um restaurante que não atende às normas sanitárias ou a aplicação de multa de trânsito. O poder descrito é denominado:

- (A) Poder Normativo.
- (B) Poder Disciplinar.
- (C) Poder Regulamentar.
- (D) Poder de Polícia.

**Q. 26**

A Administração Pública, para o cumprimento de suas finalidades, pratica atos administrativos sujeitos a regime jurídico de direito público, devendo observar elementos essenciais e classificação própria. Com base na doutrina majoritária sobre o tema, analise as afirmativas a seguir.

- I. A competência, a finalidade, a forma, o motivo e o objeto são elementos essenciais à validade do ato administrativo, que deve ainda observar atributos como presunção de legitimidade, imperatividade, autoexecutoriedade e tipicidade.
- II. Nos atos discricionários, a lei confere certa margem de liberdade ao administrador quanto ao mérito (conveniência e oportunidade), o que significa que tais atos não se submetem ao controle judicial, sob pena de violação ao princípio da separação dos Poderes.
- III. A revogação é modalidade de extinção do ato administrativo que opera por razões de mérito, aplicando-se a atos válidos, enquanto a anulação ocorre por razões de ilegalidade, retroagindo a invalidação ao momento de sua prática (efeitos *ex tunc*).

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, II e III.
- (B) I e II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) II e III, apenas.

**Q. 27**

De acordo com o Código Tributário Nacional (CTN – Lei nº 5.172/1966), assinale a alternativa correta sobre as disposições gerais do Sistema Tributário Nacional.

- (A) A natureza jurídica do tributo é determinada pela destinação legal do produto de sua arrecadação, sendo irrelevante o fato gerador da respectiva obrigação.
- (B) A competência tributária pode ser delegada de forma plena, a qualquer título, a pessoa jurídica de direito público ou privado, mediante autorização legislativa.
- (C) Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda, que constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa discricionária.
- (D) A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevantes a denominação e demais características formais adotadas pela lei.

**Q. 28**

Com base no art. 5º da Constituição Federal de 1988, que estabelece os direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa INCORRETA.

- (A) conceder-se-á habeas-corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de locomoção, por ilegalidade ou abuso de poder.
- (B) qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.
- (C) a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.
- (D) os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às leis complementares, e somente terão eficácia plena após ratificação pelo Poder Executivo.



**Q. 29**

A Lei Complementar nº 101/2000, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), disciplina a gestão fiscal responsável, impondo limites, condições e vedações aos entes federados. Sobre o tema, analise as seguintes afirmativas:

- I. A concessão, ampliação ou prorrogação de incentivo ou benefício de natureza tributária que importe em renúncia de receita deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro, dispensada a previsão de medidas de compensação quando a renúncia decorrer de anistia ou remissão de tributos e contribuições.
- II. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, bem como de declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e a lei de diretrizes orçamentárias.
- III. Considera-se obrigatória de caráter continuado, para os fins da LRF, a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por período superior a um exercício, sendo dispensado o atendimento aos requisitos do art. 16 da LRF quando se tratar de despesas com pessoal decorrentes de concessão de reajuste salarial em iguais percentuais aos concedidos aos servidores públicos federais.

Está correto o que se afirma em:

- (A) II e III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II, apenas.
- (D) nenhuma das afirmativas.

**Q. 30**

Marta, servidora pública estável de uma autarquia federal, ao final do expediente, estava com pressa para buscar sua filha na escola e, por descuido, deixou de publicar no diário oficial um ato administrativo de pequeno porte que deveria ter sido publicado naquele dia. A falha foi percebida no dia seguinte, e o ato foi prontamente publicado sem qualquer prejuízo concreto à administração ou a terceiros. Diante da situação, considerando as disposições da Lei nº 8.429/1992, é correto afirmar que:

- (A) A conduta de Marta não configura ato de improbidade administrativa, pois a Lei exige, para tanto, a presença de dolo, ou seja, a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito, sendo a mera culpa insuficiente para a caracterização do ato ímprobo.

- (B) Marta praticou ato de improbidade administrativa previsto no art. 11 da Lei, pois a conduta violou o princípio da publicidade, independentemente da presença ou não de dolo.
- (C) A conduta de Marta é passível de responsabilização objetiva por ato de improbidade, bastando a comprovação do dano potencial ao erário para a aplicação das sanções previstas na Lei.
- (D) Marta responderá por ato de improbidade administrativa em razão da presunção de dolo decorrente da condição de servidora estável, cabendo a ela comprovar que não agiu deliberadamente para afastar a responsabilidade.

**GABARITO RASCUNHO**

1	11	21
2	12	22
3	13	23
4	14	24
5	15	25
6	16	26
7	17	27
8	18	28
9	19	29
10	20	30

Seu futuro passa por aqui!

[www.ipefae.org.br](http://www.ipefae.org.br)



# PROVA DISSERTATIVA- ESTUDO DE CASO

O Município de Águas Claras passou por uma auditoria ordinária do Tribunal de Contas, na qual foi verificado o cumprimento dos limites de despesa com pessoal. O relatório apontou que os gastos com vencimentos e vantagens dos servidores da Câmara Municipal e da Prefeitura ultrapassaram determinados patamares. Em razão disso, o Controlador Interno do Município foi instado a emitir parecer sobre a legalidade e a regularidade da situação, à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), apresentando os parâmetros legais aplicáveis e as possíveis consequências em caso de descumprimento.

Com base no caso hipotético (texto introdutório) acima descrito, elabore um texto dissertativo que responda aos seguintes comandos:

- a) Defina, conceitualmente, o que a LRF entende por “despesa total com pessoal”, destacando a regra contida no caput do art. 18 e a ressalva prevista no seu § 1º, que inclui no conceito despesas com terceirização de mão de obra.
- b) Indique e justifique os limites máximos de despesa com pessoal para os Poderes Executivo e Legislativo aplicáveis aos Municípios, com base nos arts. 19, III, e 20, III, da LRF.



# RASCUNHO

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

# RASCUNHO

